

055ª SESSÃO ORDINARIA 17JUN15

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, em nome do PSOL, quero cumprimentar, em primeiro lugar, os companheiros da ATEMPA, que acompanham a nossa Sessão hoje, vieram protocolar um pedido de audiência pública para discutir o Plano Municipal de Educação, plano que teve uma série de discussões, e que, numa análise preliminar, vários dos textos votados e aprovados nesse processo não estão incluídos no projeto mandado à Câmara de Vereadores.

De qualquer maneira, mesmo com o processo de discussão do Plano Municipal de Educação, um tema tão importante, merece sempre a realização de um espaço democrático para ouvir aqueles e aquelas que constroem a política educacional.

Queremos apoiar a iniciativa da Associação, que tem o apoio da Bancada do PSOL, num tema fundamental, que é a garantia da plena democracia para que se discuta algo tão importante para o Município de Porto Alegre, como o plano para garantir e estruturar a perspectiva de discussão das políticas educacionais no nosso Município.

E venho, também, Presidente, falar que estive na greve, agora, dos técnicos administrativos das Universidades Federais, porque estamos muito preocupados, e sei que, amanhã, uma comitiva do comando de greve se reunirá com a Mesa Diretora, e nós vamos acompanhar a reunião, que será muito importante. Quero parabenizá-los pela iniciativa de estarem aqui, porque, hoje, existe uma crise nas universidades federais causada pelo descaso do Governo Federal e pelas verdadeiras falácias que foram ditas no sentido de garantir uma pátria educadora, e que, na prática, não condizem com a realidade. Há corte de verbas das universidades federais, há arrocho salarial para os trabalhadores, não há a garantia da data-base para a categoria que tem o menor piso do funcionalismo público federal, é o desrespeito aos professores, é o corte de verbas das pesquisas da extensão, é o corte de verbas do conjunto das políticas públicas educacionais do Brasil, como o

Pronatec, que foi a menina dos olhos da campanha eleitoral, e, agora, teve o corte de 2/3 dos valores repassados para o Pronatec.

E não é para menos, também, os cortes dos institutos federais, das universidades, e nós queremos registrar o nosso apoio à luta dos trabalhadores, que são obrigados a fazer greve, porque sequer mesa de negociação com o Governo foi feita em Brasília no sentido de incluir as reivindicações dos trabalhadores no orçamento do ano que vem e no orçamento deste ano. Porque o fato é que pasmem, Ver. Delegado Cleiton, que me houve atentamente, apenas agora foi paga a parcela da greve de 2012! Olhem quantos os trabalhadores perderam em termos de salário. Nós estamos em 2015, numa inflação galopante, a inflação maior dos últimos dez anos de Brasil, em que qualquer um não precisa ser especialista, basta ir ao supermercado comprar tomate e cebola, para ver como o aumento da inflação impactou o bolso dos trabalhadores. Basta receber a conta de luz na sua casa para ver como impactou no bolso dos trabalhadores. Basta abastecer o carro ou utilizar o transporte público, para ver como os governos estão passando para as costas dos trabalhadores a crise econômica que está posta no Brasil. Nós que vivemos na sexta economia do mundo, e que mais de 50% do orçamento vai para financiar banqueiros e grandes empresários a partir da dívida pública, estamos vendo a tentativa do Governo de fazer ajustes, entre aspas, massacrando o direito dos trabalhadores para manter uma pirâmide financiando, Ver.^a Jussara que também estava lá, hoje à tarde na greve dos trabalhadores da Assufrgs, financiando um sistema econômico que garante os lucros e os privilégios de uma elite econômica carcomida que utiliza que os orçamentos, que utiliza essas políticas econômicas como forma de lucrar nas costas dos trabalhadores. Olha o caso do HSBC, além de todas as contas, da lavagem de dinheiro, contas secretas, agora estão anunciando que vão fechar o banco, gerando 20 mil trabalhadores desempregados. Isso é inadmissível, é irresponsabilidade deles que os trabalhadores no Brasil não podem pagar e contarão sempre com o apoio do PSOL para garantir com que as trabalhadoras e os trabalhadores não paguem a irresponsabilidade dos governos e dos fiscos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.).

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Mauro Pinheiro, companheiro Presidente; senhores e senhoras, Vereadores e Vereadoras; quero cumprimentar os representantes das entidades comunitárias, do Conselho Municipal de Educação, da ATEMPA e da SMED. Estamos todos nós preocupados em fechar, Sr. Presidente, o processo de construção do nosso Plano Municipal de Educação.

Acho que Porto Alegre merece e precisa de um plano! A Cidade viveu os últimos dez anos, na vigência do plano anterior, sem o seu plano. O plano, elaborado em conferência, tinha vindo para esta Casa em 2004; e, em 2005, o Prefeito Fogaça retirou-o. Nós, apesar de vários anos insistindo para que ele voltasse e para que fosse atualizado, vivemos os últimos anos sem Plano Municipal de Educação. Bem, agora, o Governo está levando a sério que o novo Plano de Educação Nacional exige que Estados e Municípios elaborem os seus, a partir das grandes metas que nós temos para o País, porque cada ente federado tem que fazer a sua parte na expansão do ensino, na qualificação das vagas, no cumprimento da legislação brasileira, que é generosa e maravilhosa. De um lado, a legislação amplia as vagas para os nossos alunos desde a pré-escola e aponta a obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos; de outro lado, amplia recursos, porque, em dez anos, nós chegaremos a 10% do PIB para a educação brasileira, saindo dos atuais 6%.

Isso é uma construção de todos os entes federados – União, Estados e Municípios. O nosso plano, que chegou a esta Casa no dia 9 – hoje é dia 17, Ver. Cecchim –, vem da construção da Conferência de Educação Municipal, que aconteceu nesta Casa em vários momentos, e também de uma avaliação e de um parecer do Conselho Municipal de Educação. Nesse sentido, inclusive, Ver. Kevin, em função do prazo, em função desse grande acordo e em função de o plano que aqui chegou ser resultado desse processo, o Ver. Marcelo Sgarbossa, em nome da nossa bancada, registrou que não era bom votar em urgência, mas eu havia dito a ele que o plano que tinha ingressado aqui respeitava o processo coletivo. Ontem, nós fomos surpreendidos por uma mensagem retificativa do Governo. Quero falar para as instituições que aqui estão que essa mensagem altera 50 itens; em uma primeira olhada, algumas questões são interessantes, são importantes e são fatos. Nós temos uma rede conveniada de ensino, a rede das instituições infantis comunitárias que fazem um trabalho importante. Nós temos uma luta de que o Fundeb seja

repassado a elas, elas recebem aquém do valor aluno/Fundeb, recebem aquém do seu custo, fazem um trabalho extraordinário, e nós entendemos que tem que haver uma progressiva incorporação de recursos, formação de professores, etc., e condições. Isso não pode ser negado, desconhecido no Plano. De outro lado, há dispositivos importantes que as conferências colocaram como o acompanhamento e aprendizagem. O Governo Municipal entende que não vale para toda a rede, a privada, estadual e municipal. Nós entendemos que vale, por exemplo, haver um atendimento especializado em laboratório, ter turmas de progressão, haver turmas menores para atender a dificuldade de aprendizagem. Ora, isso a rede privada já faz, oportuniza aos seus alunos. Então há um debate que precisamos fazer. Eu ponderava com o Líder do Governo, Ver. Kevin Krieger – que já está acenando positivamente -, que nós estabeleçamos uma mesa, amanhã ou depois, com a representação do Conselho, da ATEMPA e nós, Vereadores, para olhar ponto por ponto e construir acordos. No que temos acordo, incluímos no relatório; onde não conseguirmos superar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...com entendimento, vamos ao voto e esperamos que vá muito pouco tema para o voto. Acho que fizemos uma construção maravilhosa, Porto Alegre aponta para uma expansão e para uma qualificação importante, tem grandes desafios como o atendimento em tempo integral, a parceria que tem hoje com todas as entidades da sociedade civil e os desafios da própria rede de evolução e qualificação. Em especial, a educação infantil, que é um dos grandes dilemas da nossa Capital. Está aí a análise do Tribunal de Contas nos apontando isso. Então a nossa proposta é que não votemos na urgência hoje, sem deixar de votar em um prazo curto, mas que nós possamos estabelecer essa mesa e ter como resultado um grande Plano Municipal de Educação que eleve a qualidade e a cobertura da Educação na capital de todos os gaúchos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pessoas que nos prestigiam com suas presenças na tarde de hoje, funcionários, pessoas que nos

assistem pela TVCâmara, utilizo esta tribuna para compartilhar a minha indignação em relação a um projeto apresentado na Assembleia Legislativa pelos Deputados: o passe livre para detentos, para apenados do regime semiaberto e familiares do regime fechado.

Eu aprendi, desde muito cedo, na minha casa, com um grande mestre, o Pedro Américo Leal, que um Parlamentar, um político tem a obrigação, quando presta um juramento, de ouvir o clamor da sociedade, ouvir a voz do povo! E, neste momento, o que a sociedade quer, clama é por mais segurança, é por punição! Nós assistimos todos os dias na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil inteiro a uma violência crescente, e os bandidos, as quadrilhas sabem que ficam impunes! Ora, é um absurdo que Deputados fiquem do lado de bandidos apresentando esse tipo de proposta, quando o trabalhador desempregado paga a sua passagem com dificuldade para procurar emprego. Bandidos, marginais, criminosos, na concepção desses Parlamentares, merecem benefícios.

E agora vamos para o lado econômico: o Estado passa por tamanha dificuldade, temos o setor público afundando em dívidas, sem poder cumprir com os seus compromissos principais, e acenar com novos benefícios é, no mínimo, falta de juízo, para não dizer incentivo ao bandido: “Mate, que você tem passagem de graça”. É um absurdo! Eu ocupo, mais uma vez, esta tribuna, e são inúmeras as matérias, os *e-mails* que recebi, dizendo quanto custa um preso. Os moradores acuados, cada vez mais enjaulados, e esses Parlamentares, surpreendentemente todos da esquerda, estão ganhando rótulo de proteção, porque os direitos humanos são para o bandido, e o cidadão de bem não tem nada, porque, nesta Cidade, neste Estado, neste País, o crime assola – não tem mais hora, não tem dia, nem bairro. Tanto um peão pode ser atacado cruelmente como um trabalhador que recebe o seu salário mínimo. Isso para não falar do caso daquela menina – uma denúncia que a nossa Comissão, presidida pela Ver.^a Fernanda Melchionna, recebeu de estupro – quando um criminoso, às 12h30min, no Parque da Redenção, a levou, pelos cabelos, até o parque para cometer a maior violência já vista, que é o estupro.

Então, senhores, eu realmente utilizo esta tribuna muito indignada com o passe livre para apenados, algo que foi retirado por uma vitória da sociedade. A sociedade se manifestou contra e derrubou o Projeto de Lei nº 229/15, apresentado na Assembleia Legislativa, com o objetivo de conceder passe livre para apenados no semiaberto, seus filhos e cônjuges em ônibus intermunicipais. Eu fico imaginando o que um cidadão de bem, cumpridor da lei, que

paga seus impostos, que não tem nada, não tem saúde, não tem segurança, não tem educação, está pensando neste momento, quando Parlamentares eleitos pelo povo prestigiam, beneficiam, pensam em beneficiar um bandido. É realmente chocante! Se nós temos que falar no sistema carcerário, nós temos que repensar o sistema prisional, mas eles têm que trabalhar, eles têm que organizar aquele espaço, porque, se eles têm tempo para tocar fogo em colchão, devem ter tempo hábil para fazer trabalhos, receberem por isso e organizarem esse espaço.

Para os senhores terem uma ideia, o auxílio-reclusão custa R\$ 37 milhões ao mês aos cofres da previdência social. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, a pensão dos detentos é maior do que o auxílio pago ao trabalhador doente. É uma inversão de valores, e eu não sei aonde nós vamos parar nesse sentido, quando nós assistimos a representantes do povo apresentarem um projeto dessa natureza, o vale-transporte, o transporte livre, seja lá como queiram chamar, um incentivo à bandidagem! Obrigada. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Ver.^a Mônica, eu acho que nós deveríamos fazer um jogral aqui hoje para condenar... Eu acho que nem precisa condenar, o povo já fez o julgamento desses Deputados. Eu queria dar o nome de todos eles, já foi informado na imprensa, mas não custa, são de três partidos. E não é uma perseguição ao PT, porque tem um do PSB, o Catarina Paladini; a Deputada Manuela d'Ávila, que quer ser prefeita da Cidade; a Deputada Miriam Marroni e o Deputado Jeferson – esses dois do PT – e o Deputado Pedro Ruas, do PSOL. Eu acho que a senhora fez muito bem, porque é o cúmulo dos absurdos esses deputados se ocuparem desse tema. Ou assumam de uma vez que eles gostam de defender direitos humanos dos bandidos...

Eu imagino que eles se enganaram ou quiseram fazer um contrapeso com o projeto do Ver. Cassio Trogildo, de os militares andarem sem farda no ônibus. Não satisfeitos com isso, quiseram misturar novamente! É isto que eu imagino que eles quiseram fazer: misturar os

bandidos novamente com os soldados. Aqui nós nos preocupamos em preservar a vida das pessoas de bem, daqueles que são da segurança; e eles querem botar para dentro do mesmo ônibus os bandidos. Não dá nem para comentar muito isso, porque, se não fosse tão sério, daria vontade de rir, Ver. Tarciso. Mas é muito sério esse assunto. São as coincidências da esquerda.

Assim como é coincidência essa matéria que está na revista Veja da semana: “A arca do Presidente”. Quem é a arca do Presidente? (Mostra revista.) É este sítio maravilhoso, para ele passar alguns dias. Mas não é só isso, é este triplex maravilhoso para ele passar na praia. Mas não é só isso, ele é amigo do dono do narcotráfico da Venezuela – está aqui a fotografia. (Mostra revista.) E não é só isso! A rota do dinheiro chavista está aqui com o PT. Tem mais! E, agora, mais esta: os negócios do Eike Batista. Vocês lembram que eu botava aqui no painel a Presidente Dilma, o Lula e o Eike Batista, com as mãos sujas de óleo? Lembram que eu botava aqui? Agora está se chegando à conclusão do que era! Negociatas! Negociatas é o que o PT e esse Governo fizeram desde o início! Então não me surpreende com Deputados querendo que bandidos andem nos mesmos ônibus das pessoas sérias! Não me surpreende!

Agora, eu queria fazer um elogio ao PT: ele se juntou com o PSDB para aceitar aquilo que eu falei aqui na tribuna – não fui eu, eu copieei de um outro Senador –, que o que vale é o crime cometido! E não tem esse negócio de maioridade ou menoridade penal. Se cometeram um crime hediondo, esses guris, que pensam que são guris, mas sabem que são homens do mal – de 16, 18 anos –, vão para a cadeia também. Então foi bom o PT juntar-se com o PSDB. Nem tudo está perdido, mas o Brasil se perdeu! Com esses anos do Governo PT, nós acabamos amigos – nós, não, mas o nosso Governo – daquilo que há de mais podre na América, que é o regime da Venezuela. Até Cuba saiu fora dessa turma! Até os irmãos Castro renunciaram a essa turma e foram se agarrar lá com o pessoal de Miami para se salvar! E os brasileiros que governaram o País nesses últimos anos – não somos nós, nós trabalhamos e queremos o bem do Brasil – não querem o bem do Brasil. Eles querem sociedade com a Venezuela! Ficaram sozinhos! Nem o Evo Morales quer mais saber da turma do Lula e da Dilma! Nem o Correa, do Equador, quer mais saber! Ele já fez acordo lá com o Pacífico. Só sobraram aqui o Governo do PT, o Lula e a sua arca. Arca é até um nome bonito, para não dizer a corja do Presidente! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu vou me situar, neste momento, em tempo de liderança da minha bancada, o PCdoB, nas questões que estão na Ordem do Dia na Cidade de Porto Alegre. Naturalmente, em um outro momento que tenha oportunidade, responderei a algumas questões que estão colocadas aqui. Às vezes, no meu entendimento, um pouco fora da altura do rumo da política e do debate da política que nós temos de fazer numa Cidade como Porto Alegre, que, afinal, é uma Cidade referência, não só na gestão democrática - referência sob o ponto de vista da participação democrática da sua população, para definição de projetos, para definição de políticas como a da educação, que nós estamos discutindo -, mas também uma referência sob o ponto de vista do seu aporte de luta política no processo histórico de enfrentamento da ditadura e de redemocratização deste País. Estamos no momento dessa redemocratização, mas queremos ainda mais, precisamos de mais e mais democracia e para isso, uma reforma política estratégica. Neste momento, eu quero, como líder do PCdoB - em meu nome, em nome do Ver. Maroni -, trazer que vou partir do noticiário da imprensa de ontem para uma análise do processo que estamos vivendo em relação ao Plano Municipal de Educação. Ao longo do dia de ontem, por vários meios de comunicação, foi noticiado o relatório do Tribunal de Contas do Estado. Acho que é importante nós observarmos que mostra Porto Alegre como a pior capital do País no que diz respeito ao número de crianças atendidas - a imprensa falou escolinhas públicas, eu falaria em Educação Infantil, acho que é o termo mais correto - na faixa etária de zero a cinco anos. Existem, em Porto Alegre, 95 mil crianças para pouco mais de 6 mil vagas. Então, nós estamos com uma defasagem enorme. O dado é alarmante, mas esse problema não é novidade! Há muito tempo, educadores, movimentos sociais, parlamentares apontam essa como uma das principais defasagens do Município. Aliás, quando assumi a liderança da Oposição - PT, PCdoB e PSOL-, dos seis itens elencados, um deles era exatamente o item da educação. E nós estamos em pleno processo - após a Conferência da Educação - de discussão do envio do projeto para esta Casa, que eu espero que resulte do processo da Conferência e, naturalmente, ouvindo toda a sociedade

em algumas questões, destacando o que será cláusula pétrea o que não será, e as articulações políticas que um plano como esse traz à nossa responsabilidade de Vereadores. Então, neste momento em que o Plano Municipal chega à Câmara, é importante lutar para que nós possamos segurar aquelas reivindicações, porque a Conferência fez um diagnóstico - acho que isso é muito importante para todos nós - e apresentou, a partir desse diagnóstico, a possibilidade de construir diretrizes e metas. Eu acho que temos que ver, nesse processo aqui na Câmara, as prioridades, porque o Plano Municipal de Educação teve todo um processo de participação, nós vamos aprovar com base naquilo que, sem dúvida nenhuma, não pode ser modificado a partir do Plano de Educação; depois nós temos que acompanhar a execução, temos que monitorar, temos que fiscalizar; é dever desta Casa, de preferência junto com a sociedade organizada. Nós temos que ter metas, e a meta é um planejamento estratégico. Esse Plano vai nos nortear não só sob o ponto de vista do que vamos receber se apresentamos o plano do repasse do Governo nacional, dentro dessa linha da pátria educadora, que a Presidenta Dilma afirmou – e tem que afirmar na prática –, mas também, nesse sentido, vamos ter que discutir o Orçamento do Município de Porto Alegre para garantir a execução desse Plano.

Finalizando, creio que nós temos muitos elementos. Os debates apontam, entre outras coisas, a necessidade de ampliar as vagas nas instituições públicas, sem deixar de lado a qualidade, e o Plano estabelecer que cabe ao Executivo montar, anualmente, o número de matrículas e avaliar a demanda reprimida para readequar. Fico por aqui, mas digo: tenho certeza de que esta Câmara e a oposição nesta Casa terão muita responsabilidade para garantir esse ensino que nós precisamos para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Memorando nº 016/15, de autoria do Ver. Cláudio Janta, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento Ciclo de Debates, promovido pela Força Sindical, nos dias 11 e 12 de junho de 2015, em São Paulo.

(14h55min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLL nº 162/14, com Veto Total. O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 162/14, com Veto Total.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente Ver. Mauro Pinheiro, este Veto diz respeito a um projeto que tem por finalidade a denominação de uma praça, lá no Loteamento Herófilo de Azambuja, atrás da Cohab Rubem Berta. O projeto tinha por objetivo homenagear uma pessoa, nós o aprovamos, mas, quando fomos até a praça, percebemos que ela havia sido invadida por mais de cem famílias. Como nós vamos homenagear uma pessoa, se a praça, na verdade, não existe mais? Por isso, o Veto do Prefeito. Eu informo que devemos aceitar esse Veto, tendo em vista a invasão dessa praça, o que inviabiliza nossa homenagem. Portanto, recomendo a aceitação do Veto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 162/14, com Veto Total.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu fiquei muito feliz ao ouvir o Ver. Nedel dizer que aceita o Veto do Prefeito, mas, na realidade, é bom a gente esclarecer, também, algumas razões do Veto. O ofício que o Prefeito mandou ao Presidente da Câmara, dentro das razões do Veto, diz que, não obstante, manifesta-se a Secretaria Municipal de Urbanismo contrariamente à proposta, haja vista não constar o local gravado como área verde no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PPDUA. Então, Ver. Nedel, trata-se de uma questão interessante. Eu não sei como V. Exa. conseguiu o gravame, mas, pelo o que coloca o Prefeito Fortunati, não consta o local gravado como área verde no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PPDUA.

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte?

O SR. PROFESSOR GARCIA: Eu lhe concedo o aparte porque acho que é importante.

O Sr. João Carlos Nedel: Vereador, essa praça está devidamente oficializada com o croqui da Secretaria Municipal de Urbanismo. Essa praça existe já há muito tempo, ela não está é urbanizada. É uma praça do Loteamento Herophilos de Azambuja.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Então, o que o Prefeito assina aqui não diz...

O Sr. João Carlos Nedel: Não sei, mas era só olhar o processo, porque, ao que me consta, o Prefeito não recebe nosso processo. Nós podemos verificar...

O SR. PROFESSOR GARCIA: Eu sei, Vereador, mas eu também não quero fazer mau juízo: eu acho que, dificilmente, o Prefeito assinaria uma coisa que não é. Mas eu quero fazer o contraponto, porque diz assim: "Relevante notar que não há, por parte deste Poder Executivo, qualquer comprovação quanto ao cumprimento da disposição do art. 7º da Lei Complementar nº 320, que concerne à manifestação favorável da comunidade." Então, olha só: o Prefeito faz dois óbices. Primeiro: que não está gravado, e, segundo, que não tem posicionamento da comunidade.

O Sr. João Carlos Nedel: Eu não sei se ele leu o processo, eu acho que não. Eu posso pedir o processo para tentar explicar.

O SR. PROFESSOR GARCIA: A minha preocupação é que nós estamos colocando uma assinatura do Sr. Prefeito em cheque, e eu não quero também dizer que o senhor não está constando com a verdade. É só essa a minha preocupação porque... O nome de rua, hoje, já não vem para cá, e nós fomos criticados várias vezes nesta Casa. Quando surgem essas situações, é algo realmente constrangedor, é só nesse aspecto. Mas eu só quero fazer esse registro, porque acho que seria interessante...

O Sr. João Carlos Nedel: Está bem. Vou pegar o processo e vou lhe mostrar.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Pois não, Vereador. No caso, se estiver errado, temos que cobrar do Prefeito por ter assinado uma coisa indevidamente. Muito obrigado, mas eu vou pela manutenção do Veto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal o PLL nº 162/14, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 22 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**. Mantido o Veto Total.

O Sr. Alberto Kopittke (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, fazendo uma troca entre o PLL nº 325/13 e o PLL nº 012/13, ambos de minha autoria. Passando, imediatamente, à discussão e votação do PLL nº 325/13. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alberto Kopittke. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLL nº 325/13.

Em discussão o PLL nº 325/13. (Pausa.) O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 325/13, como autor.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caros colegas, de forma muito breve, até para darmos continuidade ao bom andamento das nossas votações. Apenas para retomar, pois nós já fizemos uma boa discussão na Sessão passada. Já houve a expressão de apoio de vários colegas, como o próprio Ver. Cecchim, entre outros aqui. Mas é importante esclarecer só em razão da minuta que está no espelho, fazer referência do projeto ao Município. Eu gostaria de deixar totalmente claro, e mostrei isso no projeto para os colegas, que esse projeto é uma proposta especificamente voltada para o Parlamento, para a Câmara Municipal, e assim está expresso de forma adequada no conteúdo do projeto. Ele propõe a simples abertura de um canal de espaço no *site* da Câmara para os cidadãos apresentarem propostas de projetos de lei. O Ver. Janta fez muito bem uma correção através de uma emenda sobre a qual dialogamos: aquela proposta que tiver maior adesão da população vai para avaliação da Comissão de Constituição e Justiça e aí, obviamente, terá todo o trâmite como um projeto de lei normal. É só um canal de comunicação para potencializar a participação dos cidadãos através da Internet, e repito: é apenas para o

Legislativo, não é um projeto voltado para o Executivo Municipal. Eu me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos aos colegas. Peço da parte de todos uma acolhida a esse projeto, que acho que vem incrementar e qualificar a nossa Casa e o seu diálogo com os cidadãos.

O Sr. Professor Garcia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) É uma lei que se aplica só ao Legislativo?

O SR. ALBERTO KOPITKE: Exatamente. É que o espelho faz referência ao Município.

O Sr. Professor Garcia: Quem vai sancionar a lei é o Prefeito, é o Executivo.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Isso, mas é uma lei voltada...

O Sr. Professor Garcia: Eu sei, eu sei, é uma curiosidade só. É uma lei nossa, do Legislativo, e quem sanciona é o Executivo! Está bom.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Foi assim que a nossa assessoria legislativa me orientou, por isso apresentei como projeto de lei.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Desculpe, mas V. Exa. foi induzido pela assessoria legislativa da bancada ou da Casa?

O SR. ALBERTO KOPITKE: Da Casa. Num primeiro momento, eu encaminhei como projeto de resolução. E a Diretoria Legislativa – o nosso querido Luiz Afonso, Diretor – me sugeriu que eu o transformasse em projeto de lei. Por isso ele veio dessa forma.

O Sr. Reginaldo Pujol: Eu concordo, mas eu acho que é um contrassenso. V. Exa., no meu entendimento, propôs certo quando propôs um projeto de resolução. Se é para vigorar só na Câmara!

O SR. ALBERTO KOPITKE: Mas, enfim, foi a orientação que eu recebi. Peço a avaliação do mérito, no caso aqui, dos colegas, para abirmos mais esse espaço na nossa Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLL nº 325/13.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, vou ser muito rápido, só para dizer que vou votar contra este projeto, porque fazer lei em cima do que já existe - e já falei isso com o Ver. Alberto -, eu não concordo.

Nós temos vários canais através dos quais o eleitor, a população, a comunidade podem se manifestar! Eles têm como se comunicar conosco.

Não tem um único Vereador, ou Vereadora, que não receba por dia 3, 4, 5, 10, 15 *e-mails* ou reclamando, ou sugerindo projetos, ou pedindo para votarmos ou não votarmos determinados projetos, ou pedindo para votarmos outros projetos. Tem o *site* da Câmara de Vereadores, no qual as pessoas, também, acessam o Portal da Câmara de Vereadores para reclamar, sugerir, para pedir que não votemos determinado projeto, para pedir que votemos um outro projeto.

Então, já existe o que o Ver. Kopitke quer aprovar! Na prática, já existe!

E eu lembro aqui, mais uma vez, do sempre Ver. João Antonio Dib: vamos cumprir as leis que já existem; não vamos criar mais burocracia!

As coisas, Ver. Casartelli, acontecem naturalmente, espontaneamente, como é este caso; o acesso da população aos Vereadores de Porto Alegre e à Casa do Povo funciona com espontaneidade. Não precisa de projeto para se fazer isso. Repito: voto contra o projeto por todas as razões expostas acima. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 325/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, conversando com o Ver. João Bosco, na segunda-feira agora, concordava com ele, e até fiz essa emenda, porque eu acho que resolve o nosso problema. Diariamente, as pessoas nos ligam, nos mandam *e-mails*, nos procuram, e nós vamos resolver esse problema, nós vamos dizer para eles entrem no *site* da Câmara de Vereadores e fazer as suas sugestões à Câmara de Vereadores; essas sugestões serão encaminhadas diretamente à Comissão de Constituição e Justiça - está resolvido o nosso problema. Estão, resolvidas as questões que são pedidas para nós, como a que o senhor deu como exemplo, de um eleitor que ligou dizendo que queria que o senhor resolvesse o problema de uma escola ao lado da casa dele, pois no horário de recreio, as crianças perturbavam o seu sono, que o senhor mudasse o horário de recreio. A gente recebe as pessoas querendo que a gente silencie o sino das igrejas, silencie o apito dos ginásios, os tambores das casas de religião, uma série de coisas! Então, nós vamos disponibilizar o *site* da Câmara para que as pessoas façam suas solicitações e a Câmara encaminha para a Comissão de Constituição e Justiça, que irá responder, baseada na Constituição, nas leis, para essas pessoas. Então, esta é uma grande iniciativa do Ver. Alberto Kopittke, que soluciona o problema que todos nós enfrentamos, diariamente, nos gabinetes, ao darmos a mesma resposta às pessoas: constitucionalmente podem ter os tambores das casas de religião, os apitos, o horário de recreio nas escolas - uma série de coisas.

O Sr. Alberto Kopittke: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Janta. É só para esclarecer e dialogar com o Ver. João Bosco, que eu, obviamente, respeito à opinião dele. Mas lembrar que o voto no nosso modelo eleitoral é em pessoas, e que, portanto, mais ou menos, 75% dos eleitores não tiveram os seus candidatos eleitos, e não tiveram interlocução com nenhum de nós, porque o seu candidato não foi eleito. Portanto, teriam mais esse canal onde poderiam ter uma interlocução para dialogar diretamente com a Casa sobre ideias que nós, obviamente, vamos discutir. Não me parece que mais canais de diálogo com a população sejam um aumento de burocracia, talvez, dessa forma, inclusive, nós venhamos a diminuir a burocracia e aumentar a democracia no nosso Município. Obrigado.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Guilherme Socias Villela, a Emenda nº 01 ao PLL nº 325/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Guilherme Socias Villela, o PLL nº 325/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 7 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**.

Solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação da Indicação nº 024/15. Após retornaremos à ordem normal. (Pausa.)

O Sr. Delegado Cleiton (Requerimento): Solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCL nº 011/14 e em seguida a votação da Indicação nº 024/15. Após retornaremos à ordem normal.

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLCL nº 011/14. (Pausa.) O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/14.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que aqui nos assiste, companheiros e amigos filiados à FAUERS, estamos aqui propondo uma emenda - alguns não entenderam, alguns vieram conversar comigo - que foi discutida por um grupo de religiosos que quer, a partir deste momento, além de poder exercer livremente a sua religiosidade, trazer um conceito novo na religião de matriz; na verdade não é um conceito novo, na verdade é reforçar um conceito muito antigo de que as religiões de matriz africana são intimamente ligadas à natureza, são as forças da natureza que regem a religiosidade de matriz africana. E, para isso, nós estamos propondo - já solicitamos ao Secretário

Carús, que nos retornou encaminhando um projeto ao Prefeito dizendo que não haveria nenhum problema. Conversamos, foi proposto pelo Líder do Governo que nós marcássemos uma reunião, lá conversamos, para que nós tivéssemos esse entendimento de que o cerimonial – os chamados ebós, as oferendas – não fosse levado como se lixo fosse. Que os religiosos, no momento de expor a sua religiosidade, não fossem taxados como irregulares e, nesse código, receberem alguma multa. Eu conversei com alguns entendidos da matriz africana, que sugeriram que nós, com essa emenda, votássemos algo em favor do meio ambiente. E, por isso, nós colocamos aqui algumas proibições, como garrafas, papel, usando apenas materiais biodegradáveis. No momento em que foi feita a apresentação desse projeto nesta Casa, foi feita uma emenda para que não houvesse sansões à sacralização. Faltou, senhores, o resto, as oferendas, o principal, não sei, a ação que deveria constar dentro do nosso código. E, prontamente o Secretário Carús, após examinar, disse que não haveria nenhum problema se fosse colocado como emenda a esse projeto. Então, peço aos senhores a sensibilidade, o respeito, a religiosidade de matriz africana para que nós pudéssemos aprovar esse projeto. Também quero convidá-los para, em agosto, fazermos o segundo Seminário, que é de grande importância, para que possamos examinar item por item do que queremos no futuro, da integração, da solidariedade das religiões e o que queremos com a religião de matriz africana. Obrigado; agradeço, tenho certeza que os senhores que não se retiraram, que estão aqui atentamente ouvindo, irão ajudar a aprovar esse projeto. Obrigado, senhores. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/14.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que nós estamos discutindo aqui, Ver. Delegado Cleiton, um assunto que merece todo respeito. Se nós estamos discutindo esse assunto, é porque ele é sério e merece mesmo ser discutido. Por que nós não discutimos o lixo na saída de bares, de restaurantes, de *shows*? (Palmas.) Eu vou dar um exemplo: perto do Aeroporto, fazem *show* enorme, e, no outro dia ou na mesma hora, está lá o DMLU recolhendo o lixo! Em outros lugares também se fazem festas – eu não falo em nenhum tipo de festa –, seja de qualquer religião

ou não, dá uma sujeira danada. Vai lá o DMLU e junta. Agora, por que as religiões afro ou candomblé - não sou entendido no assunto, mas tenho respeito por todas - deveriam ser multadas? Por quê? Eu acho que não tem nada para ser tratado, como se isso fosse um lixo qualquer. Acho que tem que ter o respeito. Eu já falei com o Delegado Cleiton, assim como com outros Vereadores, que explicou que não é nenhuma coisa que não esteja dentro da lei, não é nenhum sacrilégio; por isso, Ver. Delegado Cleiton, voto com V. Exa. e digo mais: com muito respeito e com todo o apreço que tenho pelo pessoal de lá. (Palmas.) (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/14.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum, quero saudar, em nome do Caco, Presidente da Federação Afro Umbandista, a todas as Yás e Babas, todas as lideranças religiosas aqui presentes, um grande axé para todos e para todos. Saúdo, mais uma vez, o Ver. Delegado Cleiton, que bem representa e traz as diversas lutas, às quais eu humildemente me somo pela compreensão do tema, pela compreensão de uma sociedade multicultural, por uma sociedade que respeite a diversidade. Trago, nas minhas palavras, a opinião da Bancada do Partido dos Trabalhadores – Ver. Mauro Pinheiro, que preside a nossa Casa, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Marcelo Sgarbossa e o Ver. Eng^o Comassetto, que se encontra em Brasília no Conselho Nacional das Cidades.

Eu fiquei muito feliz com as manifestações – também com a manifestação do Ver. Idenir Cecchim – de respeito, de tolerância, de diálogo inter-religioso especificamente com as religiões de matriz africana, as quais são muito importantes. Porque nós acabamos de assistir, na Assembleia Legislativa, uma manifestação da mais absoluta intolerância religiosa; uma manifestação de absoluta incompreensão, inclusive, sobre o que efetivamente é o movimento ambientalista. O movimento ambientalista pressupõe, primeiro, o respeito ao outro, à dignidade do outro, ao exercício da alteridade, do diálogo, da escuta e não da autopromoção pessoal, buscando fomentar sentimentos de intolerância religiosa e intolerância racial, como nós vimos serem feitos pela esposa do Sr. Prefeito, Regina Fortunati, que – Oxalá - teve seu projeto derrotado pela maioria dos representantes do Parlamento Gaúcho, que foi sábia e realmente derrotou esse projeto, com o qual eu me

assustei muito, pois tenho visto várias manifestações do Sr. Prefeito dizendo que Porto Alegre é de um determinado Deus, que Porto Alegre está nas mãos de apenas uma determinada crença religiosa. E, logo em seguida, a sua esposa apresenta esse projeto afrontando a tradição, a cultura.

E eu conversei com a Ver.^a Lourdes Sprenger, que sempre gosto de escutar com relação a essas matérias, pois tem conteúdo, é ponderada e não busca apenas a autopromoção em cima desse tema dos animais, como tantos outros o fazem, de forma oportunista. Dialogava com ela que o movimento ambientalista havia perdido uma grande oportunidade de estabelecer pontes, as quais a FAUERS faz. E eu conheci os projetos dos barquinhos de lemanjá e tantos outros projetos, por meio dos quais as culturas se trocam e aprendem umas com as outras. E há uma troca, não há uma barreira, não há intolerância, como se tentou fazer, mais uma vez, ao se criminalizar. Porque é fácil criminalizar povo de periferia, povo negro, povo pobre. É a coisa mais fácil que se tem hoje no Brasil. E o que tem de político ganhando voto, o que tem de gente ganhando dinheiro na mídia, na imprensa, espalhando medo, espalhando ódio, espalhando intolerância – é o que mais se vê nos dias de hoje; e se viu da parte da esposa do Prefeito. Eu falo assim porque foi ele que foi atrás da arrecadação de campanha dela. Foi legitimamente, não estou questionando a ética. Mas ele a elegeu, portanto me refiro a ele, às suas posições, que, aliás, parece que não existem, porque ele nunca se manifesta. Mas é muito bem-vindo o projeto do Ver. Delegado Cleiton, porque, de forma diferente da Deputada Regina e do Prefeito, estabelece pontes e não cria muros e intolerância. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Idenir Cecchim: Presidente, eu queria fazer uma saudação a dois colegas nossos, Vereadores de Guaporé, que estão aqui: o Ver. Paulo Sergio Girardi e o Fernando Postal. Uma saudação aos nossos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Paulo Brum, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu gostaria de vir aqui e dizer que louvo a iniciativa, acho que nós estamos ainda muito longe

de retirar o preconceito, retirar as medidas repressivas e marginalizadoras das religiões de matriz africana. Infelizmente, isso compõe a construção secular da nossa história: 300 anos de escravização não significou apenas a retirada de viver dignamente com seu trabalho, significou a marginalização, a negação, a interdição da cultura, da manifestação religiosa de um povo por gerações e gerações. Isso persevera, lamentavelmente, na nossa sociedade em pleno século XXI.

Há uma polêmica, cada vez maior, no País, sobre o Estado laico versus religião. Eu entendo que essa legislação, essa medida, como várias outras, cumpre exatamente o que nós buscamos estabelecer: no momento em que o Estado estabelece como item de poluição urbana uma manifestação religiosa, está exatamente tomando posição e partido religioso. Isso não pode! A Constituição brasileira, Delegado Cleiton, fala que o Estado é laico, e nós devemos respeitar todas as religiões. Não podemos impor credos religiosos – eu tenho a minha, vocês têm a de vocês –, costumes nem moral de nenhuma das religiões, a religião deve ser uma adesão livre de cada um dos indivíduos, nós não podemos mais impor via Estado brasileiro. Não impor significa não proibir, não vetar, não interditar e não marginalizar. Essa pequena iniciativa está nesse marco da instalação plena da república e dos preceitos constitucionais.

Eu quero lembrar que em 2011, no projeto Câmara na Comunidade, que nós fazíamos, toda a semana, a Presidência, os Vereadores, os Secretários e funcionários de várias Secretarias, uma das nossas visitas foi no bairro Ipanema, e esse tema das oferendas apareceu muito fortemente. O que nós encaminhamos em 2011? Vale dizer que, naquela época, numa linda reunião com as lideranças religiosas nesta Casa, todas as lideranças, nas suas diferentes manifestações, deixaram muito claro que as religiões de matriz africana são ecológicas, que elas defendem a preservação da natureza, a relação com a natureza, que há uma desinformação óbvia, que há equívocos quando dizem que elas colocam velas perto de árvores, uma vez que a orientação das lideranças não é essa. Nós construímos, conjuntamente, o uso de materiais que não sejam absorvíveis pela natureza, que qualquer coisa que contrarie isso não é recomendado, não é dos credos africanos, bem como o uso de uma cartilha, Vereador-Presidente, Mauro Pinheiro, elaborada pelas religiões de matriz africana, que valeria à pena reeditar, trazendo toda uma orientação da correta destinação e do uso de materiais nos cultos. Acho que foi um processo bonito, quero dizer que eu aprendi muito naquele momento, tenho o maior respeito por todas as religiões, e acho que

pág. 20

nós temos que preservar o livre exercício da sua religiosidade. De nenhuma maneira, nós devemos vetar, proibir ou coibir, e nem, por outro lado, enaltecer uma ou outra.

Esta tribuna recebe todas as manifestações religiosas, recebe as diferentes festas populares, e, como manifestações culturais, nós as respaldamos, nós as respeitamos, muitos de nós participam de uma e de outra, mas, por outro lado, nós não queremos e não confundiremos Estado com opção religiosa. Então, vamos votar favoravelmente pela retirada e queremos que finalmente o País recupere sua dívida social e humana que tem com o provo africano, que construiu a nossa Nação, que construiu valores importantíssimos que compõem o povo brasileiro. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/14.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Ver. Delegado Cleiton traz a esta Casa um projeto que vai na contramão, neste ano, a todos os projetos que entraram nos legislativos, tentando calar os tambores das religiões de matriz africana. Vimos aí a Assembleia Legislativa, de uma forma absurda, tentando acabar com o ritual que leva à confraternização, à alegria, ao prazer de uma mesa farta, com vários alimentos, fruta, canjica, merengue, cabrito, galinha, e vários outros alimentos às comunidades, porque essa festa é uma confraternização feita nas casas de religião com todas as comunidades, todas as pessoas são convidadas a servir a mesa, mas isso foi derrotado. E agora a gente vê uma tentativa... Viu-se isso no Código de Posturas e Limpeza Urbana apresentado nesta Casa, e conseguimos manter que não fosse considerado lixo, que não fosse multado. O Ver. Cecchim falou muito bem aqui: lixo a gente vê quando tem show, quando tem eventos, lixo a gente vê na saída do futebol e na saída dos grandes eventos de nossa Cidade. E a gente vê a competência dos garis, dos profissionais do Departamento de Limpeza Urbana para limpar a nossa Cidade quando acabam esses eventos. A gente vê a vontade das casas de religião, a vontade dos pais e mães de santo de ajudar, de tentar ajudar que a nossa Cidade compreenda isso, mas não perdendo as suas origens, não perdendo a sua matriz, não perdendo o significado da sua cultura. Eu acho que isso o projeto do Delegado Cleiton garante, como a gente garante que

este País é um lugar onde possam viver todas as culturas; onde possam viver católicos e protestantes, judeus e palestinos, umbandistas, evangélicos; onde possa se ter, a menos de 500 metros, vivendo judeus e palestinos; possam todas as religiões conviver plenamente neste País. Eu acredito que não vai ser através de leis que tragam o preconceito religioso que este País vá começar a fazer as guerras religiosas. Então essa lei do Delegado Cleiton faz justiça à matriz africana, que vem sofrendo – e muito. As pessoas abrem seus terreiros, suas casas em locais descampados. Eu conheço casas que foram abertas nos rincões de Porto Alegre e hoje as pessoas vão morar ao lado e reclamam dos seus tambores. Mas quando foram morar lá sabiam que havia uma casa de religião, porque lá ela estava, depois querem silenciar seus tambores. Então, o Delegado Cleiton faz esse projeto, que eu espero que esta Casa, e tenho certeza que ela vai aprovar que todas as casas de religião de Porto Alegre possam fazer o seu *ebó* e que o nosso Departamento Municipal de Limpeza Urbana, como já comprovou, está apto a manter a limpeza da nossa Cidade. E as casas de religião estão dispostas a ajudar a manter essa limpeza. Então, acreditamos que estamos no caminho certo, e o Delegado Cleiton homologa esse projeto que nós devemos aprovar na tarde de hoje, trazendo um grande significado para as casas de religião, pacificando a nossa Cidade, que é o que esperamos que os políticos façam: não tragam para cá a guerra religiosa, como a gente vê em muitos países. Meus parabéns, Delegado Cleiton, por esse projeto que traz um grande significado para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^aJussara Cony está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/14.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero iniciar dirigindo-me mais uma vez, dizendo da importância da presença dos senhores, pedindo toda a proteção para eu me sair bem aqui e que, pelo menos, não me falhe a voz como, há pouco, me falhou em função desta famosa crise de asma que não está me abandonando.

Mas eu quero dizer, em nome da nossa bancada do PCdoB, começar cumprimentando o companheiro Ver. Cleiton. Eu quero dizer do significado das suas ações nesta Câmara Municipal de Porto Alegre. É sempre bom a gente receber, no processo todo da luta

política, companheiros desta natureza do Ver. Cleiton, com o respeito que ele tem por aquilo que eu acho que é a nossa maior riqueza: o significado de ter lado, ter firmeza no que acredita e firmeza na defesa de algo que, no meu entender - eu vou repetir isso novamente, nessa tribuna, além das vezes em que já estivemos aqui para discutir qualquer projeto que tratasse dessa matéria e da nossa liberdade de culto, da nossa liberdade espiritual, é o significado de entender na minha vida e na espiritualidade herdada dos meus ancestrais -, faz parte da maior riqueza do nosso País. A maior riqueza da nossa Nação é a beleza da nossa conformação étnica, cultural e de crenças, resgatando que ela vem exatamente desta grande riqueza que é a nossa diversidade. Nossa diversidade humana que nos permite ser esta Nação e este povo diferenciado que está a construir, cada vez mais, neste País, a liberdade, sob todos os seus aspectos.

Então, eu quero fazer essa referência ao meu colega Ver. Cleiton, porque é exatamente mais uma vez a possibilidade de nós resgatarmos e respeitarmos as nossas diversidades que são as riquezas que nós temos para nos constituirmos nesta Nação. E isso ninguém cala – isso ninguém cala! Isso ninguém cala e isso não acaba. Não acabou nos anos de perseguição, não acabou nos anos de exceção, não acabou nos anos de discriminação, sob o ponto de vista religioso e também sob o ponto de vista étnico.

O Código Municipal de Limpeza Urbana de uma Cidade é uma política pública. É uma política pública. Então, nessa política pública de uma cidade, nós colocamos as oferendas, os ebós de cultos e liturgias das religiões de matriz africana e da umbanda como lixo é uma ofensa à ancestralidade do nosso povo! Isso é uma ofensa ao significado dessas religiões na vida do povo brasileiro! Eu nem gosto de identificar como lixo todo e qualquer material que for descartado; são sólidos! Nós precisamos de uma política de resíduos sólidos. Eu não chamo nada de lixo. São resíduos sólidos que precisam de uma política pública de descarte e de encaminhamento, para que a Cidade tenha suas condições, e é impossível pensar em chamar de lixo aquilo que é fruto da nossa religiosidade, porque identifica a natureza contraditória de um estado nacional que se manifesta de forma diferenciada. O nosso Estado é laico! Nós aprovamos na Constituição, e era uma emenda do PCdoB, de 1947, e depois referendamos também o nosso Partido no Congresso Nacional a Emenda da Liberdade de Culto no País. Então é muito contraditório haver liberdade de culto no País e haver a consideração daquilo que faz parte do culto como algo que é lixo. Então tem que haver política pública que referende e que resgate esse estado laico.

Acho que esta Casa e a sua tradição democrática tem a oportunidade de separar essas questões. De um lado os resíduos sólidos, que têm ter política e não têm; de outro lado, a tradição religiosa do povo brasileiro. Isso não é lixo! Isso é parte de um processo da nossa tradição! As casas de religião, inclusive, na Emenda nº 01, estão a sugerir a utilização de materiais biodegradáveis. Isso tem que ser saudado aqui. Então, esta Casa, neste momento, tem que dar o seu aval à riqueza e ao significado do que estamos discutindo deste projeto.

Inclusive eu quero finalizar, Ver. Marcelo Sgarbossa, colocando a nossa Comissão, em que o senhor é Presidente e eu sou Vice, a COSMAM, à disposição para um seminário que as religiosidades estão propondo junto com outras Comissões, de respeito à diversidade, porque isso é soberania, é democracia, isso é uma Nação livre sob o ponto de vista da política de resíduos sólidos. Tem que mudar a política urbana de Porto Alegre, no sentido de entender que o ebó é fruto de um processo tradicional, de religiosidades, de liberdade de culto no nosso País. Se nós não entendermos isso, estaremos na contramão da cidade de Porto Alegre e da própria Constituição. É isso. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/14.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, povo que nos assiste, vou fazer uma fala muito curta, muito direta. Primeiro, Delegado Cleiton, quero dizer que vou votar a favor do seu projeto. Também quero fazer, com este voto favorável, uma homenagem a um colega dos senhores que, por 15 anos, trabalhou na minha assessoria: o Pai Luiz Carlos, que faleceu no ano passado. Eu aprendi muito, em conversas informais, com o Pai Luiz Carlos, sobre o que é a espiritualidade, que todos nós devemos desenvolver. Cada um com a sua religião, cada um com a sua crença, mas a verdade, Ver. Nedel, V. Exa. é um católico praticante, é que Deus é um só! Deus é um Ser superior, é uma energia superior que cuida de todos nós, independente de religião. Então, é preciso que as pessoas respeitem individualmente a opção feita por cada cidadão, por cada cidadã, buscando desenvolver a sua mediunidade até, porque todos nós temos mediunidade, uns mais, outros menos. E o espírito é eterno, Vereador. É eterno o espírito.

Então, deixo aqui o meu voto favorável ao projeto, a minha homenagem ao Pai Luiz Carlos, que, durante 15 anos, trabalhou na minha assessoria, ultimamente cuidando das crianças no Centro Comunitário Jorge Black, pertinho da casa de religião dele. Acho que o Ver. Cecchim se expressou muito bem aqui: se o DMLU cuida de toda a Cidade, por que não cuidar também do que estamos discutindo aqui? Vamos aprovar o projeto. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero, Presidente, cumprimentar o Ver. Delegado Cleiton pela iniciativa do projeto. Cumprimento os Pais e Mães de Santo que nos acompanham na tarde de hoje, guerreiros, lutadores de tantas batalhas. Vocês têm o apoio da Bancada do PSOL, o meu apoio e o apoio do Ver. Alex Fraga. Na verdade, este projeto é a demonstração de como se deve avançar na concepção de um Estado laico, um estado sem religião e que respeite todas as religiões, para garantir que a expressão de uma cultura, que a expressão da religiosidade, extremamente vinculada com as lutas do povo brasileiro, possa se expressar de todas as maneiras e ser garantida pelo Estado.

Nós vivemos recentemente um processo, Ver. Alex Fraga, de perseguição e discriminação, a partir do Projeto de Lei nº 2115, na Assembleia Legislativa, que visava única e exclusivamente perseguir as religiões de matriz africana, e, fruto da luta e da mobilização das casas, do povo democrático, de todos aqueles e aquelas que não aceitam a discriminação, o projeto foi derrotado. Nós mostramos como é possível vencer quando o povo se organiza, quando o povo se une.

Dessa forma também quero cumprimentar os trabalhadores da Câmara Municipal, os nossos guerreiros funcionários e funcionárias dessa Casa, que estão chegando neste momento nas galerias, para expressar uma pauta do Sindicâmara. Nós estamos à disposição dos trabalhadores e trabalhadoras, podem vir conversar conosco. (Palmas.)

Eu queria trazer para vocês um tema que vai, justamente, ao contrário do que nós estamos discutindo hoje aqui, que é a ideia de um Estado laico que respeite todas as religiões. Nós estamos tratando agora do Plano Municipal de Educação, que foi feito num processo de conferência e enviado à Câmara de Vereadores de Porto Alegre. E eu fiquei muito

espantada quando recebi, na tarde de hoje, da Arquidiocese de Porto Alegre, um ofício tentando influenciar na ideia de que o Plano Municipal de Educação avance em algo óbvio: que as escolas respeitem a identidade de gênero e a orientação sexual dos alunos, promovam uma educação inclusiva e garantam, lá na ponta, que todos e todas sejam respeitados, em todas as suas expressões, a sua religiosidade, a sua fé, a sua concepção de mundo, as suas músicas – por que não? – e a sua orientação sexual.

Eu considero inadmissível – num País campeão de homofobia, transfobia e lesbofobia, em que, a cada 24 horas, um LGBT é assassinado por conta do ódio, da intolerância, do preconceito, quando um processo democrático de conferência avança no sentido da meta 23, de garantir apenas uma escola mais inclusiva, orientada a garantir direitos, orientada a combater a homofobia, a transfobia e a lesbofobia, orientada a respeitar a identidade de gênero, para que as nossas transexuais não evadam da escola; orientada a ouvir e a respeitar lá na ponta, garantindo uma educação que combata esses dados brutais – que tenhamos uma manifestação dessa maneira da Arquidiocese de Porto Alegre. Essa é uma tentativa clara de colocar, mais uma vez, uma única visão – uma única visão – comandando o conjunto de políticas públicas, que têm que ser executadas na Rede Municipal de Educação, que têm que ser comandadas, orientadas e executadas em todas as redes e em todos os Municípios, mas em todas as formas de garantia de direitos do Município de Porto Alegre. Intolerância nós combatemos com políticas públicas que garantam uma formação, o respeito a todos e a todas, que permitam o combate à intolerância.

Está escrita a visão de que Deus – ou Ogum, para quem é da religião – fez o homem e a mulher assim. Eu respeito todas as crenças, todas as formas de religiosidade, mas a Arquidiocese também tem que respeitar todas as outras formas de religiosidade e, sobretudo, todas as outras formas de sexualidade; se há uma coisa que a humanidade nos ensinou, é que o direito mais humano de cada um de nós é essencialmente o direito de amar. Todos nós temos o direito de amar e sermos respeitados independente da nossa orientação sexual. Então, quero repudiar veementemente e dizer a todos e todas que votaremos a favor do projeto por essa concepção de garantia de direitos para as religiões de matriz africana. Nós votaremos com uma concepção firme e forte no combate à discriminação e à intolerância de todas as formas. Nós votaremos a favor de uma educação inclusiva no Plano Municipal de Educação. Nós estamos a serviço dos

trabalhadores e trabalhadoras, inclusive dos nossos queridos amigos da Câmara Municipal, porque a gente sabe que só a luta muda a vida.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/14.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, Pais e Mães de Santo, todos os que nos assistem, eu ouvi cada um dos meus colegas que vieram a tribuna. Quero dar os parabéns ao Ver. Delegado Cleiton e a vocês. Com a capoeira foi assim, era ruim. Tudo que vem do afro é ruim. Esse Deus que eu chamo de Oxalá é o mesmo Deus que prega o amor, o carinho, o companheirismo. É só o que ele quer. Não importa a religião A, B ou C. O que importa é o que nós temos a oferecer, dentro da religião, de amor, de carinho, de paz. Por isso, eu vou votar “sim” também, porque senão, daqui a pouco, neste País que ajudamos a construir, não vamos ter nada, nada, para dizer: isto é a cultura africana; isso é a cultura dos meus antepassados. É uma barbárie isso!

Eu tenho um carinho muito grande pelo Rio de Janeiro. Portanto, eu falo aqui com toda a credencial, sou filho de Xangô com Iansã, são meus pais. E é o contrário, eu só vi sonhos maravilhosos, caminhos maravilhosos, porque estou aqui junto com vocês, trilhando nesse caminho que Xangô e Iansã me colocaram para trilhar, para buscar o bem, o amor, sem olhar quem, sem olhar cor. Isso é o que nós temos que pensar para o futuro. Tudo que é do afrodescendente está acabando. Isso é ruim; aquele lixo, a copeira é ruim, porque pula... Gente, o lixo, na Cidade, produzimos toneladas e toneladas de lixo, e nem por isso as ruas estão entulhadas de lixo.

Essa religião – e por todas – temos que ter muito respeito. O que eles pregam, o que eles querem é o que o mundo está precisando: de amor, de paz e de carinho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/14.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos assiste; funcionários da Câmara. Prezado Ver. Delegado Cleiton, li atentamente o seu projeto, e eu vejo mais como medida preventiva, porque até agora eu não tenho notícia de que alguém ou alguma entidade tenham sido multados por terem feito os seus ritos religiosos. Até porque a própria Constituição permite, dentro desse espírito de democracia, não a democrática política, mas principalmente a democracia de cada pessoa, ter o seu credo religioso. Nesse aspecto, quero dizer que sou totalmente favorável e que vamos votar pela aprovação do projeto.

Também quero fazer algumas considerações: durante dois anos, fui Secretário do Meio Ambiente de Porto Alegre e tive oportunidade, até através das entidades religiosas, de revitalizar todo o setor chamado Recanto dos Orixás, no Saint'Hilaire, muito pouco utilizado, onde tem todos os elementos essenciais para os ritos religiosos, a pedra, a mata e a água. Vou aqui aproveitar e solicitar que vocês, talvez como entidade, possam ter um olhar diferenciado. Aquilo está lá, é um parque público, é para as entidades, talvez para muitas seja distante, mas eu acho que cada vez mais essas discussões têm que ser feitas como um todo. Eu acho que é um assunto pertinente, e volto a dizer, profilático. Quando saíram, no ano passado, algumas alterações do Código Municipal de Limpeza, e circulou na Cidade que as pessoas poderiam ser multadas por qualquer atitude, até de largar um simples papel no chão, essa medida profilática veio, pelo menos, para resguardar isso. Quero dizer que sou daqueles pela liberdade, feliz daquele que acredita num ser superior. Acho que mesmo o Einstein, que durante uma época dizia que era ateu, muitas vezes foi surpreendido dizendo "meus Deus". Então, que ateu é esse que, em determinadas horas, diz "meu Deus"?

Portanto quero parabenizar o Ver. Delegado Cleiton por essa atitude, como medida preventiva, mas gostaria também que as entidades começassem a pensar em utilizar um pouquinho mais o Recanto dos Orixás. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/14.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente, Vereadores, Vereadoras, quero cumprimentar os funcionários da Câmara que estão aguardando uma possibilidade de reunir-se com a Administração desta Casa. (Palmas.)

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. MÔNICA LEAL: Quero cumprimentar as mães e pais de santo que hoje comparecem ao plenário; cumprimentar o Ver. Delegado Cleiton pelo projeto de lei justo, preocupado com questões que fazem parte dos cultos religiosos e que não podem ser, de forma alguma, considerados como atos lesivos. Quero utilizar a tribuna para cumprimentar e dizer do meu voto favorável a esse projeto que o Ver. Cleiton apresentou. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/14.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas, aos servidores da Casa, aos colegas Vereadores, Vereadoras, aos religiosos presentes; a Bancada do Partido dos Trabalhadores, falo em meu nome, mas os colegas Vereadores Sofia, Alberto, Mauro Pinheiro e Engº Comassetto concordam, primeiro, em parabenizar o Ver. Delegado Cleiton, porque não é a primeira vez que traz aqui temas tão importantes e difíceis, muitas vezes, de serem explicados, porque há sempre uma tendência, eu diria preconceituosa mesmo. Eu lembro do debate que fizemos aqui do feriado do Zumbi dos Palmares, e o Vereador está fiel às suas causas, não somente às suas, mas às causas da Cidade. É importante, inclusive, com a presença dos servidores da Casa, lembrar aqui de um projeto que, em breve, deverá ser discutido pela Mesa ou pelo plenário, esperamos que diretamente pelo plenário, que trata justamente da laicidade do Estado. Nós temos aqui, neste próprio plenário, um símbolo religioso, num espaço público. Nós temos, aqui nesta Casa, uma capela de uma religião, que deveria, há muito tempo - não precisaria ter uma resolução para isso - ser inter-religiosa, com símbolos de várias religiões. O nosso projeto propõe isso. Inclusive, numa primeira discussão que fizemos aqui no plenário, ouvimos agressões

pág. 29

pessoais que não quero aqui relatar novamente, questionando a religiosidade do autor da proposta, no caso, este que vos fala.

E, no caso dos resíduos da Cidade, nós temos três grandes temas na Cidade em que o poder econômico influencia de forma determinante: a especulação imobiliária, a mobilidade – o transporte – e a questão dos resíduos na Cidade. E aqui vocês, religiosos, são novamente os destinatários de uma ação que, numa ideia de limpeza da Cidade, acaba revelando – eu sei que a palavra é forte, mas, muitas vezes, precisa ser usada – uma espécie de perseguição religiosa, inclusive. Então nós temos que estar atentos a isso. Porque esses dias eu escutei que o Estado tem que ser laico, mas não é ateu; não consegui entender bem isso. Não está se falando de ateísmo no Estado; está se falando que o Estado tem que ser neutro em relação às religiões. E essa neutralidade tem dois aspectos. O primeiro aspecto é não promover religião nenhuma. Alguns dizem que teria que promover todas as religiões, mas eu digo que nenhuma. Se nós pensássemos aqui, nesse espaço do plenário, teriam que ter todos os símbolos religiosos. Quais seriam? Quais não seriam? Então o Estado não tem que promover nenhuma religião. Isso é um aspecto da neutralidade. O segundo aspecto é a não interferência, que é o caso da Lei da Limpeza Urbana. Por isso meritória é a proposta do Delegado Cleiton. Ou seja, o Estado não pode interferir na esfera da religião, seja através de um argumento, como no caso do Código de Limpeza Urbana, seja com qualquer outro argumento. Se o sujeito quiser entrar aqui com um símbolo religioso, tatuado, pendurado, enfim, o Estado não tem nada a ver com isso. Portanto, a neutralidade que a laicidade impõe ao Estado é nestes dois aspectos: não promover nenhuma e não interferir em nenhuma. Então nós ainda vivemos um processo em que o Estado, por uma tradição católica, acaba promovendo uma religião. Não deveria, é um tema delicado! Não deveria! Nós temos já exemplos, não precisa nem ir a locais públicos. Temos, no BarraShoppingSul, uma capela inter-religiosa, Ver. Janta; no Aeroporto Salgado Filho, uma capela inter-religiosa; e nós, aqui na Câmara, continuamos com uma capela de apenas uma religião.

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu concordo em tudo que o senhor falou, mas eu acho que nós temos que abrir mão, principalmente, da hipocrisia, acho que nós temos que abrir mão dos nossos feriados religiosos. Nós curtimos tanto a Sexta-Feira Santa – agora teve um feriado, que foi o feriadão de Corpus Christi –,

nós curtimos os feriados católicos e queremos abrir mão dos símbolos católicos. Acho que nós temos que discutir num todo, nós somos um país laico, nós temos que abrir mão dos feriados católicos, para começar. Eu acho que nós temos que tirar o crucifixo da Câmara de Vereadores, nós temos que tirar as capelas católicas dos espaços públicos e nós temos que abrir mão dos feriados católicos. O Brasil tem uma série de feriados católicos: a Sexta-Feira Santa, o Corpus Christi, o 12 de outubro, uma imensidão de feriados católicos que nos beneficiam. Então, nós temos que abrir mão desses feriados, inclusive, o 25 de dezembro, que é o Natal, o grande símbolo do feriado dos católicos.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: O Ver. Janta traz um debate ainda mais profundo, que, de uma certa forma, fizemos numa outra proposta do Ver. Delegado Cleiton sobre o 20 de novembro, mostrando que a lei permite mais um feriado, ao contrário do que se disse aqui, que não permitia. Esse foi o argumento usado para não aprovar a lei proposta pelo Ver. Delegado Cleiton, quando a lei federal permite, sim, mais um feriado religioso municipal. Mas fica aí o debate. Acho que não é nesses cinco minutos que o Presidente para aqui o cronômetro para conseguirmos terminar que conseguiremos fazer o debate, mas acho que é por aí, é um bom debate da democracia e da laicidade do Estado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Neste instante, vamos fazer a votação.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação a Emenda nº 01 ao PLCL nº 011/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

(Manifestações nas galerias.)

Em votação o PLCL nº 011/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Sra. Sofia Cavedon: Sugiro que se interrompa por uns minutos a Sessão, para o Presidente poder conversar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Não precisa interromper a Sessão, Vereadora. Acho que nós vamos ter a boa vontade e a paciência dos nossos trabalhadores da Câmara. Eu tenho certeza de que o nosso Presidente, em seguida, vai propor à Mesa que ouça os nossos trabalhadores, para que possamos chegar a um bom denominador para todos. Só um pouco de paciência, por favor!

(Manifestações nas galerias.)

O Sr. Cláudio Janta: Sr. Presidente, eu acho que tem que ter um esclarecimento...

(Manifestações nas galerias.)

O Sr. Cláudio Janta: Eu acho que a Presidência da Casa deve um esclarecimento aos Vereadores. Que a gente saiba, foi feita uma negociação com os funcionários da Casa, foi pago o reajuste, URV, uma série de coisas. E agora, nós somos surpreendidos com o pedido de negociação aqui. Então, nós queremos saber o que é que tem que ser negociado com os servidores da Casa. Queremos saber o que é que “está pegando”, como se diz, com os servidores da Casa. Queremos saber o que está acontecendo. Que a gente saiba, estava tudo resolvido, na data base, com os servidores da Casa. Então, fomos pegos de surpresa aqui!

(Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Eu estou surpreso também, Vereador, tanto quanto Vossa Excelência. Mas tenho certeza de que o nosso Presidente vai encaminhar esse assunto...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação a Indicação nº 024/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Faço um esclarecimento ao Ver. Cláudio Janta. Nós recebemos uma série de reivindicações através do Sindicâmara, pelo seu Presidente e demais membros e, de imediato, conforme o acordo firmado na gestão passada, do Ver. Professor Garcia, com minha anuência e com a do Ver. Cassio Trogildo, nós demos o reajuste salarial de 8,17%, mais a URV, o que resultou em 12% a todos os funcionários da Casa. O reajuste salarial dos Vereadores, pelo IPCA, foi de 8,17%. Junto com isso, o Sindicato nos entregou uma lista com várias reivindicações, e nós temos dialogado com o Presidente e o Vice-Presidente do Sindicato – o Loss e o Jerri – diversas vezes...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Bem, eu conversei com o Presidente do Sindicato várias vezes. Se o Presidente do Sindicato não conversa com vocês, aí vocês têm que se acertar! Depois disso, hoje, entregamos um documento para o Presidente do Sindicâmara e uma comitiva, acredito que sejam todos do Sindicato, respondendo a todos os questionamentos e nos colocando, no momento em que entregamos o documento para o Presidente do Sindicato, à disposição, dizendo que ele estudasse o documento junto com os demais funcionários da Casa e nos procurasse na hora e no dia que quisesse. Então, em nenhum momento nós fechamos o diálogo. Conforme o que nós falamos hoje pela manhã para o Presidente do Sindicato, é só ele marcar o dia e o horário. Se ele quiser ir à reunião de Mesa amanhã, ou se quiser falar com o Presidente, estamos à disposição. Era isso, estamos à disposição de todo o Sindicato e de todos os funcionários. A reunião com o Sindicato depende de o Sindicato querer, pode ser amanhã de manhã, na reunião da Mesa, ou no momento em que quiserem.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Presidente do Sindicato tem a palavra, se ele quiser. Nós o receberemos quando ele quiser, conforme combinamos, depende do Presidente.

Em discussão o PLCL nº 029/13. (Pausa.)

(Manifestações nas galerias.)

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLCL nº 029/13 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, nós precisamos fazer uma Reunião Conjunta das Comissões. Então, eu solicito que seja dado início a Reunião neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h34min.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): (18h) Estão reabertos os trabalhos.

Apregoo o PLE nº 016/15, de autoria do Governo Municipal.

Apregoo o PLL nº 085/15, de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra.

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesesseis Vereadores presentes. Não há quorum.

(18h04min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é com satisfação que eu registro três projetos de grande relevância que entram hoje em discussão preliminar de Pauta aqui na Casa.

O primeiro ao que eu me refiro, Ver. Idenir Cecchim, é uma proposta de V. Exa. que concede a Comenda Porto do Sol ao Rotary Club de Porto Alegre – Lindóia- Passo D'Areia. Eu, como rotariano, posso testemunhar que o ideal de servir que os rotarianos perseguem no Rotary Club Lindóia-Passo D'Areia é perseguido com obstinação. Os trabalhos daquele clube rotário são relevantes; daí, ser plenamente justificada a homenagem que o Ver. Idenir Cecchim está propondo àquela instituição rotária.

De outro lado, ainda, em discussão preliminar 1ª Sessão de Pauta, temos aqui o Projeto de Resolução nº 024/15, de autoria da Mesa Diretora, que promove uma série de alterações na estrutura da Casa, criando finalmente a Seção de Licitações, transferindo-lhe o Setor de Contratos e o Setor de Compras e extinguindo a Comissão Especial de Licitação. É evidente que é um projeto com grande significado. Amanhã, durante a Reunião de Líderes, vamos obter um esclarecimento por parte da Direção da Casa; certamente, nos somaremos àqueles que irão procurar dar celeridade à votação desse Projeto de Resolução, contribuindo, com isso, para o êxito da Administração da presente Mesa na Casa.

Finalmente, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/15 que altera uma determinação de lei vigente, modificando o limitador do cálculo de equivalência dos Índices da Copa de 2014, e dando outras providências. É um projeto simples, inteligente e muito

bem elaborado, que propicia uma melhor otimização dessa ferramenta extraordinária que o Plano Diretor concedeu ao Executivo de Porto Alegre e que remonta, inclusive, ao idealismo de um ex-Vereador desta Casa, que hoje não se encontra conosco, o ex-Vereador Lauro Hagemann, que foi um grande impugnador da introdução da política do Solo Criado na Legislação Municipal, para o qual ele teve o apoio de inúmeros Vereadores. Eu me lembro bem do nosso sempre Ver. João Dib. E nós, que fomos o Presidente da Comissão que examinou o Plano Diretor de 1999, também, modestamente, oferecemos a nossa contribuição. Acho que a forma como o Índice Copa estava sendo colocado no mercado era uma forma equivocada, restritiva e reduzia as possibilidades de o Município se capitalizar com recurso para realizar obras e serviços ainda no entorno daqueles lugares que foram historicamente classificados como importantes para a realização da Copa do Mundo de Futebol, realizada em 2014 em nossa Cidade, neles se incluindo alguns de resolução e de programas antigos como canalização de rios, como canalização de arroios, relocação de pessoas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Já constam dos Anais e haverão de ser tornados públicos na medida em que eles se insiram definitivamente na história desta Casa do Povo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sra. Presidente, Ver.^a Jussara Cony, ladeada pelo Presidente licenciado, neste momento, Mauro Pinheiro. O Ver. Pujol estava muito entusiasmado na sua fala, mas, também, era por uma causa justa. Cumprimentos, Vereador.

Eu quero falar, aqui, do Projeto que concede a Comenda Porto do Sol ao Rotary Club Porto Alegre Lindóia-Passo D'Areia, que o Ver. Bosco conhece bem também, temos muitos amigos nesse Rotary Passo D'Areia, que está fazendo 50 anos, Ver. Pujol.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu me referi a esse Projeto, de autoria de V. Exa., que não ouviu, estava em outras articulações, louvando a sua iniciativa. E como rotariano eu posso atestar a relevância dos trabalhos

realizados por esse Rotary Lindóia-Passo D'Areia, que é meritório em toda a Zona Norte de Porto Alegre.

O SR. IDENIR CECCHIM: Muito obrigado. Achei justa essa homenagem, tinha certeza que seria de todos os Vereadores desta Casa, porque o Rotary Club Lindóia-Passo D'Areia faz um serviço, presta um serviço no estilo que os rotarianos dizem: fazer o bem sem olhar a quem. E este, particularmente, foi o primeiro a começar a emprestar cadeiras de rodas, foi o primeiro a se preocupar com as pessoas que são portadoras de necessidades especiais. O Clube se preocupa com a saúde das pessoas, se preocupa com aqueles que realmente precisam de um clube de rotary.

O Banco de Cadeiras de Rodas do Rotary Club Lindóia-Passo D'Areia é um exemplo para o Brasil todo. E eu diria que é um exemplo para todos os clubes de rotary que fazem, que se doam, que dão o seu tempo de folga, e, muitas vezes, no horário de trabalho se dedicam a prestar serviços à comunidade. Grandes empresários, médios, pequenos, profissionais liberais, pessoas que fazem com que as suas almas se doem a pessoas que precisam. Então, eu entendi que seria justo fazer essa homenagem ao transcurso dos 50 anos do Rotary Club Lindóia-Passo D'Areia, que são pessoas muito importantes na vida da Cidade, mas são muito mais importantes na vida de pessoas que precisam, muitas vezes, de uma coisa que parece simples, mas muito importante, que é a cadeira de rodas e muitas outras iniciativas que esse clube sempre tem e presta à cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sra. Presidente, Ver.^a Jussara Cony; Srs. Vereadores; hoje é um dia muito importante. Eu abri mão de usar o tempo de Pauta para falar em Liderança do meu Partido, porque a Presidente Dilma Rouseff deve tomar uma decisão importante sobre o fator previdenciário 85/95, que acaba com a escravidão dos aposentados brasileiros, permitindo que pessoas – como eu e a maioria dos Vereadores desta Casa – possam vir a se aposentar. Hoje está cada vez mais difícil para as pessoas se aposentarem, e a fórmula

85/95 permite que a gente volte a sonhar com uma aposentadoria, em ter o direito de se aposentar. Mas ainda não um salário digno que se espera ter um aposentado brasileiro, de ter um poder aquisitivo, pois o momento da aposentadoria é quando a pessoa precisa comprar remédio, precisa curtir os seus filhos, já que a aposentadoria não é corrigida conforme o salário mínimo, não é corrigida conforme o trabalhador da ativa. Mas hoje, está chegando o prazo final para a Presidente votar, decidir se veta ou não a fórmula 85/95. A central sindical na qual eu faço parte, juntamente com as centrais restantes, está acampada na frente do Palácio da Presidente da República, na frente da sua casa, na frente do Palácio da Alvorada. Estão lá pedindo que a Presidente Dilma Rousseff não vete a fórmula 85/95; assim como também estão pedindo o Congresso Nacional, o Senado e todos os partidos políticos. Esse é o maior projeto de relevância do Governo Federal na área social, na área que influencia todas as famílias brasileiras.

Hoje, um aposentado, nas famílias brasileiras, é como uma geladeira, como um TV, como um fogão; toda família brasileira, hoje em dia, tem um aposentado, vê e sente o sofrimento que essa pessoa tem quando recebe a sua aposentadoria, quando vê esse famigerado fator previdenciário corroendo a aposentadoria de um trabalhador, de uma pessoa que trabalhou a vida inteira, que construiu este País, que construiu a riqueza deste País, tirando o direito dessa pessoa quando ela mais precisa para adquirir a sua dignidade, para comprar os seus remédios, os seus medicamentos, ou até para aquilo que não consegue fazer, curtir o seu final de vida com os seus netos, com os seus filhos ou com seu companheiro, fazendo uma viagem, um passeio, indo ao cinema, se divertindo.

Nós viemos aqui registrar, nesta Casa do Povo de Porto Alegre, que tem tomado posições e atitudes históricas, como na segunda-feira, quando nós aprovamos uma Moção de Solidariedade aos deputados, ampliando o Fundo de Garantia. Também aprovamos uma Moção de Repúdio à proposta do Senador José Serra sobre fatiar as zonas eleitorais dos Municípios acima de 200.

Esta Casa vem se posicionando em políticas do Congresso Nacional, e nós não poderíamos nos furtar, no dia de hoje, quando está encerrando o prazo para a Presidente tomar essa decisão muito importante para os trabalhadores brasileiros, de vir a esta tribuna, a fim de constar, nos anais desta Casa do Povo de Porto Alegre, a posição que a Câmara de Vereadores já tomou a favor da 85/95, contra o fim do fator previdenciário. Que

a Presidente acabe com o fator previdenciário, com essa escravidão dos aposentados brasileiros!

Muito obrigado, Sra. Presidente. Com força, fé e solidariedade, nós vamos melhorar a vida dos trabalhadores brasileiros.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h20min.)